P. A. I. G. C. PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E CABO VERDE

PALAVRAS DE ORDEM GERAIS

Do camarada AMILCAR CABRAL aos responsáveis do Partido

Novembro de 1965

AHS



I — TER CONSCIÊNCIA DA SITUAÇÃO DA LUTA EM CADA MOMENTO

Esperar o melhor, mas preparar-se para o pior.



Esperar o melhor, mas preparar se para o pior.

Camaradas,

Tanto na Guiné como em Cabo Verde, a nossa luta fez progressos consideráveis (podemos dizer grandes progressos) desde o 1º Congresso do Partido realizado em Fevereiro de 1964, numa das regiões libertadas do Sul da Guiné.

Na Guiné, com a eliminação de vários êrros que tinham sido cometidos no plano político, com o reforço dos nossos meios humanos e materiais de luta e com a criação do nosso Exército Popular e o reforço das forças guerrilheiras, a luta armada estendeu-se a novas áreas (Boé, Gabú, S. Domingos) e infligimos novas derrotas ao inimigo, que está na defensiva. Instalámos a guerrilha no "Chão dos Manjacos" e passámos a controlar novas áreas do País. Uma grande parte das decisões do nosso Congresso (sobre a reorganização do Partido, o desenvolvimento da produção, o abastecimento da população, a criação de escolas, a assistência sanitária, a criação da Milícia Popular, etc) foram postas em prática, tendo-se verificado alguns sucessos muito encorajadores.

Em Cabo Verde, onde dificuldades sobretudo de ordem geográfica (portanto, comunicações e coordenação) não tinham permitido um avanço mais rápido da luta, foram feitos progressos importantes nos últimos dois anos. A organização do Partido foi reforçada, a mobilização da população atingiu um nível elevado nomeadamente nos centros urbanos principais e nalguns sectores do campo. Por outro lado, novos esforços feitos pela direcção do Partido, bem ajudada por militantes conscientes que passaram a dedicar toda a sua actividade ao Partido e à luta, conduziram a resultados que se traduzem hoje por um total amadurecimento da situação política nas ilhas principais.

Essa situação exige, assim, a passagem da luta a uma nova fase, em que temos de lançar mão de todos os meios para liquidar a dominação colonial nas ilhas. O nosso Partido e as massas populares de Cabo Verde têm estado a preparar-se activamente em todos os domínios necessários, para desencadear a luta armada no Arquipélago.

Temos de fazer isso, mas devemos fazê-lo nas melhores condições e tendo em atenção as características próprias da luta armada de libertação nesse ambiente geográfico muito especial. Devemos andar depressa, mas não correr, sem oportunismo, sem entusiasmos que nos façam perder de vista a realidade concreta. Mais vale começar a luta armada com um atraso aparente, mas com garantias de continuidade, do que começá-la cedo

ou em qualquer outro momento, sem ter realizadas todas as condições que garantem a sua continuidade e a vitória para o nosso povo.

Temos de reconhecer, com consciência, que há ainda muitas falhas e êrros na nossa acção, tanto no plano político como no plano militar, uma parte importante das coisas que deveríamos fazer não foram feitas a tempo ou não foram mesmo feitas.

Em várias regiões, e de uma maneira geral em todas as regiões, o trabalho político no seio do povo e das nossas forças armadas não foi feito convenientemente, os responsáveis não souberam ou não puderam realizar o trabalho permanente de mobilização, formação e organização política, determinado pela direcção superior do Partido. Há, em várias áreas do País e até no seio dos responsáveis, uma tendência muito má para o comodis mo, para o não cumprimento dos deveres do Partido e da luta, e até para uma certa desmobilização, que não tem sido combatida e liquidada. Alguns responsáveis, mesmo de maior responsabilidade, têm esquecido que a nossa luta (mesmo na sua forma armada, de guerra) é uma luta política e que, portanto, o trabalho — no seio do povo, entre os militantes e combatentes e no seio do inimigo — é o aspecto fundamental (vital) da nossa acção em cada dia.

No plano militar, muitos planos e objectivos estabelecidos pela direcção superior do Partido não foram realizados. Com os meios de que dispomos, podíamos ter feito mais e melhor. Vários responsáveis não souberam compreender bem as funções do Exército e das forças guerrilheiras, não coordenaram bem as acções dessas duas forças e, em alguns casos, deixaram-se dominar pela preocupação de defender as nossas posições, esquecendo que, para nós, a melhor defensiva é o ataque, a ofensiva, o desenvolvimento constante da nossa luta armada. Chegou até a haver desentendimento entre responsáveis duma mesma área, o que é condenável e não pode voltar a suceder. Por outro lado, a par dum gasto excessivo de municões e do uso nem sempre acertado de algumas armas, verificou-se que alguns responsáveis não deram provas de iniciativa, espírito de decisão e de coragem necessária, a qual também faltou a muitos combaten tes. Em alguns casos não soubemos tirar todo o partido dos ataques feitos, enquanto que noutros casos permitimos ao inimigo alguns movimentos e actos (por exemplo, destruição de bases) que já não devemos consentir. Além disso, como prova o resultado da falta de trabalho político eficaz no sejo das forcas armadas, começou a aparecer uma certa mania de 'militarismo" que levou alguns combatentes e até responsáveis a esquecer que nós somos militantes armados e não militares. Essa tendência deve ser combatida e liquidada com urgência no seio das F. A. R. P. Nos outros aspectos da nossa vida e da nossa luta (instrução, saúde, comércio, etc) também se cometeram êrros que, se se justificam pela nossa falta de experiência, devem no entanto ser eliminados por todos os meios necessários.

Temos de ter cada dia mais consciência dos êrros e faltas que fizemos, para podermos corrigir o nosso trabalho e agir cada dia melhor, ao ser viço do nosso Partido. Os êrros que cometemos não devem desanimar-nos, assim como as vitórias que alcançámos não devem fazer-nos esquecer os êrros.

Hoje, a nossa situação pode ser comparada à situação dum Estado que tem ainda uma parte do seu território nacional, pirncipalmente as cidades e vilas (os meios urbanos), ocupada pelas forças estrangeiras. As nossas responsabilidades diante do Partido, do povo, da Àfriea e do mundo, são portanto maiores. Temos de trabalhar melhor em todos os planos para cumprirmos bem os nossos deveres, para estarmos à altura das nossas responsabilidades.

No plano africano, o prestígio do nosso Partido, do nosso povo e da nossa luta é cada dia maior. Todos os Estados africanos sabem e reconhecem que o nosso Partido nacional é a organização de unidade e de luta do nosso povo na Guíné e em Cabo Verde. A África dá-nos uma ajuda útil através do Comité de Libertação, e mesmo que essa ajuda não seja suficiente, ela é uma prova de solidariedade.

No mundo, tanto nos países e meios anti-colonialistas como entre os aliados do nosso inimigo, gozamos do maior respeito e toda a gente admira o trabalho e as vitórias alcançadas pelo nosso povo, sob a direcção do nosso Partido. Os nossos amigos, quer da África, quer do mundo, têm vindo a desenvolver a sua ajuda, encorajando assim a nossa luta.

Temos, portanto, razões bastantes para estar contentes e cheios de esperança. Nunca foi tão grande a certeza de que a nossa vitória depende principalmente da nossa acção. O inimigo também sabe isso, está cada dia mais desmoralizado e faz esforços desesperados para aguentar. Mas sabe que os seus dias estão contados e, por isso, tentará fazer maiores crimes contra o nosso povo e contra os nossos bens e riquezas.

Devemos, portanto, diante das perspectivas favoráveis da nossa luta, estudar cada problema em profundidade e encontrar para ele a melhor solução. Pensar para agir e agir para poder pensar melhor. Devemos, como sempre, encarar o presente e o futuro com optimismo, mas sem

perder a consciência das realidades, em particular das dificuldades próprias à nossa luta. Devemos ter sempre bem presente e cumprir as palavras de ordem do nosso Partido: esperar o melhor, mas preparar-se para o pior.



II—DESENVOLVER SEMPRE E REFORÇAR O TRABALHO POLITICO E A ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO



III—ORGANIZAR CADA VEZ MELHOR AS NOSSAS FORÇAS ARMADAS

Agir e reforçar sempre a nossa acção

ii-desenvolver semple e reforcar o trabalho politico e a obcanização do partido



UI ORGANIZAR CADA VEZ MELHOR AS NOSRAS FORÇAS ARMADAS

Agir e reforçar sempre a nosas acção

Camaradas,

Para continuar a desenvolver vitoriosamente a nossa luta, devemos:

- A—Desenvolver e reforçar cada dia o trabalho político no seio do povo, dos militantes e dos combatentes do Partido.
- Nas regiões libertadas, tomar todas as medidas necessárias para tornar normal a vida política da população dessas regiões. Os comités de secção (tabancas) de zona e de região devem ser consolidados e funcionar normalmente. Fazer reuniões frequentes com a população, para mantê-la ao corrente da luta, das palavras de ordem do Partido e das intenções criminosas do inimigo.
- 2. Nas áreas ainda ocupadas pelo inimigo, reforçar o trabalho clandestino do Partido, a mobilização e a organização das populações, e preparar os militantes para agir e apoiar como devem as acções dos nossos combatentes. Em particular, nas zonas urbanas (cidades e vilas) dar palavras de ordem para o reforço do trabalho dos militantes, restabelecer as ligações lá onde elas foram suspensas, preparar os membros do Partido, em especial os trabalhadores, para a acção contra o inimigo e para defesa dos nossos bens materiais.
- 3. No seio das forças armadas (Exército e guerrilheiros) onde quer que estejam, desenvolver o trabalho político, fazer reuniões políticas frequentes, exigir trabalho político sério aos comissários políticos. Pôr a funcionar os Comités políticos do Exército popular, formado pelos comissários políticos e pelo comandante de cada unidade.

 Combater a mania do militarismo e fazer de cada combatente um

Combater a mania do militarismo e fazer de cada combatente um militante exemplar do nosso Partido.

4. Reforçar o trabalho político e de propaganda no meio das forças inimigas. Fazer cartazes, tracts, cartas, escrever coisas nas estradas, mandar recados, etc, para informar as forças inimigas da política do nosso Partido. Estabelecer contactos prudentes com elementos das forças inimigas que querem contactar-nos, agir com audácia e grande iniciativa nesse campo, para levar esses elementos a servirem o Partido e a nossa luta, contra a criminosa guerra colonial.

Fazer tudo para ajudar os militares inimigos a desertarem, garantir-lhes, por todos os meios necessários, a segurança, de maneira a encorajá-los a tomarem a decisão de desertar.

 Fazer trabalho político no meio dos africanos que ainda servem o inimigo (civis e militares), levar esses irmãos a mudar de caminho, a servir o Partido no seio do inimigo ou a desertarem com armas e munições para se juntarem às nossas forças. Mas agir duro, liquidar todos aqueles que traiem conscientemente o nosso povo, todos aqueles que teimam em pegar em armas ao lado do inimigo, contra o nosso Partido e o nosso povo.

- 6. Fazer tudo para reforçar as nossas relações fraternais com os países vizinhos, com o povo e as autoridades desses países. Não permitir que nenhum membro do Partido se meta nos assuntos internos desses países: estar vigilantes em relação a elementos desses países que pretendem meter-se na nossa vida ou servir-se da nossa luta. Agir com firmeza contra os agentes do inimigo, naturais dos países vizinhos. Colocar nas fronteiras só responsáveis de absoluta confiança, honestos, dedicados e cumpridores. Em particular, tomar todas as medidas para melhorar com urgência as nossas relações com as autoridades do Senegal, estabelecer uma boa colaboração com essas autoridades, em defesa dos nossos interesses.
- B—Fazer com urgência a reorganização do Partido, de acordo com as exigências da luta, na nova fase em que se encontra. Melhorar o trabalho dos organismos já existentes e criar todos aqueles que falta criar, principalmente nas regiões libertadas.

 Respeitar os limites geográficos das inter-regiões (Norte e Sul), sem no entanto esquecer que o nosso país é um só. Reforçar as ligações frequentes entre o Norte e o Sul do país.

- Respeitar as áreas correspondentes às regiões e zonas ou sectores, e a
 personalidade da cada secção (uma ou mais tabancas), sem criar compartimentos fechados.
- Reforçar ou criar (lá onde não existem ainda) os organismos dirigentes do Partido, que devem passar a funcionar normalmente nas regiões libertadas. Aplicar em todos os organismos, o princípio da direcção colectiva.
- O Comité inter-regional é o organismo dirigente na inter-região, directamente ligado à direcção superior do Partido. Deve reunir-se pelo menos uma vez em cada mês.

Os Comités regionais são os orgãos dirigentes nas regiões. Estão directamente subordinados ao Comité inter-regional e devem reunir-se pelo menos uma vez em cada 15 dias.

Os Comités de zona são os organismos dirigentes nas zonas, estão subordinados ao Comité regional e devem reunir-se todas as semanas.

Os Comités de secção (tabancas) estão subordinados ao Comité de zona e devem reunir-re pelo menos uma vez por semana.

- 5. Todos os organismos dirigentes e todos os responsáveis devem ser sujeitos ao controle frequente da parte dos orgãos superiores a eles e da direcção superior do Partido. Apreciar a cada momento o trabalho de cada responsável e destituir das suas funções todo e qualquer responsável que não cumpre bem o seu dever ou que comete êrros graves em relação à linha do Partido.
- 6. Reforçar e desenvolver a organização da milicia popular que deve ser constituída pelos melhores militantes (homens e mulheres entre 14 e 30 anos) das tabancas, e que não estejam integrados na guerrilha ou no Exército popular. A milícia é a organização do Partido para a defesa civil e a segurança das regiões libertadas. A milicia está, dentro duma área, sujeita ao Comité do Partido dessa área, por intermédio do responsável da segurança. As mulheres do povo, em particular, devem ser o elemento principal na formação e desenvolvimento da milícia.
- Em todo o país, preparar os militantes para a realização do próximo Congresso, esclarecer a população sobre os problemas que vão ser tratados no Congresso.

Amilcar CABRAL Secretário Geral

Camaradas,

Para continuar a desenvolver vitoriosamente a nossa luta devemos:

- A—Reorganizar as forças armadas de acôrdo com as exigências da luta na nova fase em que estamos. Redefinir a função da guerrilha e a do Exército popular.
- 1. Os guerrilheiros são a força principal da luta armada, devem agir dentro da região ou zona a que pertencem, sempre em íntima colaboração com o povo e com o Exército popular. A guerrilha é dirigida em cada área pelo organismo do Partido dirigente dessa área. Assim, na zona, é o Comité da zona que dirige as guerrilhas cujas bases têm à frente, como responsáveis, um Chefe de base e um Comissário político. Para uma região, todos os guerrilheiros das zonas são dirigidos pelo Comité Regional do Partido, que está subordinado ao Comité Inter-regional.
- O Exército deve ser formado por unidades com comandos próprios e não devemos nesta fase fazer unidades maiores do que o Bigrupo. Cada Bigrupo deve ter um comandante e um comissário político, sendo formado de dois grupos.
 - As unidades do Exército estão directamente sob as ordens do Comité inter-regional do Partido que coordena a acção do Exército com a das guerrilhas, por intermédio dos Comités Regionais ou dos Comandos militares especiais que serão aumentados na medida em que vai sendo possível. O Exército popular deve agir onde fôr necessário, não está ligado permanentemente a nenhuma região ou zona do país. Deve ter missões claras, precisas e temporárias a cumprir.
- 3. Nas regiões libertadas, há as forças da guerrilha e pode haver forças do Exército sempre que necessário. Nas regiões ainda não libertadas agem unidades do Exército que têm por fim dar combate ao inimigo, libertar novas parcelas do país, instalar a guerrilha, e fazer trabalho de mobilização e de organização política da população. Deve, junto com a guerrilha, assegurar a defesa da população contra as forcas inimigas.
- 4. Aumentar o número da guerrilha e o número de homens de cada base em todas as áreas em que é preciso fazer isso. Eliminar as bases que não são indispensáveis, evitar uma grande dispersão de bases fracas, mas concentrar as forças da guerrilhas em bases fortes, bem localizadas e bem ligadas umas com as outras. Colocar as bases principal-

mente nos pontos estratégicos de maneira a paralizar o inimigo e a ameaçá-lo de todos os lados, lá onde ele se encontra. Ter em atenção, na localização das bases, a necessidade de defender as nossas populações e os seus bens contra os crimes do inimigo.

Criar com urgência bases de guerrilha em todas as zonas ainda não libertadas, desde que haja um mínimo de apoio da população. Dar preferência, na criação das bases aos militantes da própria zona, mas evitar que a direcção das bases e a sua constituição sejam influenciadas por qualquer elemento tribal ou tribalista. Colocar na chefia das bases os melhores combatentes, mais corajosos e mais disciplinados, que tenham autoridade e inspirem a confiança dos outros.

- 5. Melhorar a organização das unidades do exército existentes, acabar com as subsecções e transformá-las todas em bigrupos. Criar novos bigrupos, tantos quantos forem necessários para cumprir bem as missões a fazer. Pôr à frente das unidades do exército os melhores combatentes, e só meter no exército guerrilheiros experimentados, exigindo a todos a prestação do juramento do nosso Exército Popular.
- 6. Nas regiões libertadas, as forças armadas devem ser principalmente os guerrilheiros que são responsáveis por todas as acções de ofensiva ou de defesa nessas regiões. Só mandar unidades do exército para as regiões libertadas em caso de absoluta necessidade e sempre com carácter temporário (para ajudar na defesa das fronteiras, em ofensivas que exigem refôrço, em situação de defensiva, etc).

Nas zonas ainda ocupadas pelo inimigo, devem ser destacadas unidades do exército em número suficiente, com missões bem definidas a cumprir e com tempo marcado para o seu cumprimento. À medida que formos dominando uma zona e instalando forças da guerrilha, vamos retirando daí as unidades do Exército, que devem ir cumprir outras missões noutras áreas do país.

7. Á medida em que se desenvolve a organização da milicia popular nas regiões libertadas, começar a armar os seus elementos a pouco e pouco e dar-lhe trabalhos concretos a realizar na segurança militar e económica (sobretudo junto das fronteiras) e na vigilância em relação às forçar inimigas. Para armar a milicia usar sobretudo armas ligeiras (espingardas) apanhadas ao inimigo e as armas que menos falta façam à acção das nossas forças. Criar depósitos especiais de munições para os milicianos que as usam em caso de reconhecida necessidade.

8. O Comité inter-regional, directamente ligado à direcção superior do Partido, deve desempenhar as funções de Comando geral na interregião. Deve ter elementos auxiliares, principalmente para as ligações e coordenação da luta nas diversas frentes e para o recrutamento e treino dos combatentes.

Logo que seja possível (presença de mais quadros convenientemente preparados) devemos criar **Comandos gerais** subordinados ao Comité inter-regional, mas que se dedicarão exclusivamente à luta armada.

- B— Continuar a cumprir cada vez melhor as palavras de ordem do Partido no que respeita à estratégia geral da nossa luta armada. Desenvolver as nossas tácticas de acôrdo com as novas etapas da luta. Tirar o maior rendimento de cada acção, evitar às nossas forças grandes perdas em vidas humanas, defender as nossas populações e os seus bens (casas, culturas, gado). Reforçar a nossa acção militar sobre todos os aspectos e em todo o país.
- Instalar a luta em todas as áreas ainda sem luta. Prepararmo-nos activamente para desencadear a luta armada em Cabo Verde.
- 2. Isolar cada vez mais o inimigo, cortando he todas as possibilidades de ter abastecimento ou reforços em homens e em material por terra, pelos rios ou pelo ar (aviões). Liquidar cada vez mais forças vivas inimigas, fazer tudo para causar grandes baixas ao inimigo e para prender militares colonialistas. Atirar sempre contra os barcos e aviões, por todos os meis de que dispomos. Instalar patrulhas junto dos rios, munidas de armas especiais (metralhadoras, bazookas, canhões) para não deixar os barcos passar para pô-los no fundo. Criar grupos especiais de atiradores contra os aviões (com armas ligeiras) e instalar armas anti-aéreas e contra os barcos em todos os pontos estratégicos.
- Não deixar o inimigo sossegado nas suas casernas, atacá-lo em ataques ligeiros e rápidos, com tiros isolados, com tiros contra as sentinelas, com bombardeamento de morteiros, com raides de armas ligeiras, com bazookas, etc.

Não deixar o militar colonialista dormir nem uma noite na nossa terra. Surpreender o inimigo nas horas de recolher, de refeições, de exercícios, de práticas religiosas (missas), obrigá-lo a estar sempre alerta, a sentir-se em perigo a cada momento.

Provocar o inimigo, obrigá-lo a sair das casernas, montar emboscadas poderosas para destruir o inimigo, manter patrulhas de vigilân-

cia para estar a par de todos os movimentos do inimigo. Enganar o inimigo com notíciais falsas, fazê-lo cair em ratoeiras para o podermos liquidar em grande quantidade.

4. Estudar e preparar o melhor possível cada ataque de importância, de maneira a tirar dele o maior efeito e o melhor resultado. Como já disse, lançar mão de todos os meios para conseguir informações concretas, de carácter militar, sobre as forças inimigas. Em cada dia, para cada acção contra o inimigo, saber contra quantos homens e contra que armas vamos ter de nos bater. Evitar fazer qualquer acção às cegas, sem conhecer a fôrça do inimigo. Procurar conhecer, tanto em relação aos quarteis como em relação à área em geral, qual o estado do espírito das forças inimigas, o seu moral, a sua capacidade, a vontade de combater. Saber se se trata de militares já experimentados, com bastante tempo na nossa terra, ou se são gente nova, acabada de chegar. Procurar saber se há rixas e conflitos nos quarteis, qual a autoridade dos oficiais. Conhecer o mais que se pode, as armas de que o inimigo dispõe, os meios de transporte, os depósitos de combustíveis, onde obtem água para beber, etc.

Cada responsável deve lembrar-se de que agir contra um inimigo que não se conhece é o mesmo que entrar num quarto escuro, cheio de coisas, mas sem poder ter luz.

5. Ligar profundamente o trabalho político à accão das forças armadas. Desenvolver o espírito de iniciativa, a capacidade de decisão e de acção rápidas, dos responsáveis e combatentes. Cada responsável deve ser capaz de tomar iniciativas no quadro das suas atribuições, e ter a maior autoridade sobre os homens que estão sob o seu comando. Desenvolver a coragem de todos, estabelecer prémios e compensações para os mais corajosos. Lembrar sempre que a coragem é uma coisa que temos de ter nós próprios, porque não podemos recebê-la de fora, em caixotes, com as armas. Destituir todos os responsáveis que dêm provas de falta de coragem, castigar com justiça os combatentes cobardes.

Conservar sempre a iniciativa, não deixar que o inimigo tenha mais iniciativa do que nós.

6. Intensificar, desenvolver e alargar a luta em todo o país. Empregar a fundo os nossos meios de acção, exigir mais espírito de sacrifício e mais coragem a todos os combatentes. Levar a luta armada a todo o lugar onde ela não existe, obrigar o inimigo a bater-se por todos

- os lados e a sentir-se permanentemente ameaçado de morte na nossa terra. Desenvolver todos os elementos das nossas Forças Armadas Revolucionárias do Povo.
- 7. Criar sempre e sempre novas áreas de luta, desenvolver ràpidamente a nossa acção em todas as áreas ainda não libertadas. A par do intenso trabalho político a fazer pelos responsáveis da acção política e pelas forças armadas, levar o povo dessas áreas a pegar em armas corajosamente, como guerrilheiros, para defender o seu chão e liquidar as forças inimigas. Estudar bem a instalação da luta em novas áreas, só fazer isso com a certeza de que haverá continuidade e que poderemos impôr uma situação nova e vitoriosa que reforce a coragem, o entusiasmo e a dedicação do nosso povo à causa do nosso Partido.
- 8. Levar a acção armada, com urgência, aos meios urbanos (cidades e vilas), para criar a insegurança do inimigo e para mostrar à população que estamos decididos a libertar todos os pontos do nosso país, para provar que, na realidade, "Lala quêma kau di sucundi ka tem". Bombardear as casernas inimigas, bombardear mesmo as "praças" das vilas e cidades, criar condições para não haver nenhum movimento comercial, fazer ataques rápidos e vigorosos, fazer actos de sabotagem contra quarteis, repartições, depósitos de gasolina, depósitos de água, carros de tropas e de administrativos etc. Evitar por ora qualquer acto de terrorismo contra a população europeia ou africana que não esteja armada. Atacar militares, clubes de oficiais e, na medida do possível, raptar militares agentes dos portugueses. Bombardear campos de aviação, fazer aí emboscadas, atacar os aviões ao aterrarem ou ao levantarem vôo. Criar comandos especiais para agirem nos meios urbanos.

A luta deve passar a estar presente em todas as cidades e vilas da nossa terra e, em particular, em Bissau.

> Amilcar CABRAL Secretário Geral

IV—CONHECER BEM AS NOSSAS FORÇAS E AS FORÇAS DO INIMIGO

"Garantir as ligações e a informação"

no lavas e a metro de permanentemente suençado de morte na nosas torre. Persuadante todos os elementos das nosas Porças Armadas nacionas estas da Povo.

Criat central e ampre novas árcas de luta, desenvolver rapidamente la passa soção em todas as áreas sinda não libertatas. A par do inference crabalho político a fazor pelos responsáveiz on acção política e passa funças armadas tevar o povo deseas áreas a pagar em armas conjuntamente, como gostrilheiros, para defender o sen chão e liquidade as ferças jotoagas. Estudar nom a instalação de luta ao novas latino, so fixar lato a em a corteza de que haverá configuidade a que pagar com imple mesa situação mava e viloriosa que reforea a cora-

latin a seção estada, com orgênela, cos malos arbanos (citales e cital para evar a tonegurança do latinigo e para mostrar a população que estada e secucidos a libertas folco os pentos do posto país, para proper com se residente. Lois como con a menuada ka tem".



"Garante es a lavantaren eta Crise constante esperante es esta de constante es la constante es el constante es

A futa dave master a ester procente qui todas un culpica e vilas da accessitores e, em particular, em Bissan.

> Arinkar CAMLAL. Serretario Geral

Camaradas,

- Para continuar a desenvolver vitoriosamente a nossa luta, devemos:
- A—Conhecer bem as nossas próprias forças, ter, em cada momento, uma consciência perfeita das coisas que podemos fazer e das coisas que ainda não podemos fazer. Avaliar bem as nossas possibilidades em cada área, em cada unidade das forças armadas, agir sempre de acordo com essas possibilidades e fazer tudo para melhorar as nossas forças e a nossa capacidade tanto no plano dos homens como no material. Nunca fazer menos do que podemos e devemos fazer, mas não pretender, em nenhum caso, fazer coisas que realmente não estamos ainda em condições de fazer. Fazer e ter sempre em dia, em cada área, o inventário das nossas forças em homens e em material.
- Saber, em cada momento, o número de homens armados, quer na guerrilha quer no exército quer na milícia ou individualmente. Conhecer o número de homens que poderemos armar desde que passemos a ter material para isso. Conhecer cada responsável e cada combatente o melhor possível, (as suas qualidades os seus defeitos) para melhorar o que têm de bom e combater e acabar com o que têm de mau.
- 2. Conhecer exactamente, em cada momento, o número de armas e as espécies de armas que estão nas mãos dos combatentes, e as que estão nas arrecadações. Fazer uma lista, em cada base de guerrilha e em cada unidade do exército, com os nomes dos combatentes e, à frente, o tipo e o número de arma que está entregue nas suas mãos. Ter sempre em dia uma lista das quantidades de armas e munições guardadas nas arrecadações. Toda a arma deve estar, em geral, nas mãos dum combatente ou grupo de combatentes; conservar as munições em arrecadações bem guardadas, sob responsabilidade de camaradas de absoluta confiança.
- 3. Tomar todas as medidas necessárias para garantir, em estreita colaboração com os orgãos superiores do Partido, o abastecimento das nossas forças em armas e munições. E garantir, nos casos em que o material vem de longe, a passagem segura desse material ao longo do caminho que tem a fazer, para o que é preciso dominar as zonas de passagem de material e criar grupos especiais de escolta e protecção do material. Conseguir do povo uma colaboração voluntária, para o transporte do material, pondo-o ao corrente das nossas necessidades em armas e munições para a defesa e levando-o a compreender

o valor da sua ajuda. Destacar grupos de combatentes das áreas de menor actividade para o serviço temporário de transporte de material. Mas agir duro, com justiça, contra todo e qualquer elemento da população ou combatente que se negue a colaborar no serviço de transporte de material.

Calcular, para cada área e para cada frente da luta, as necessidades em material, sobretudo em munições, para períodos longos, de maneira a poder garantir reservas de material afim de evitar situações difíceis.

4. Poupar munições e conservar bem as armas e os seus acessórios, preparar gente para o serviço de reparação das armas. Responsabilizar cada homem ou mulher pela boa conservação da arma que tem nas mãos e exigir contas acêrca das munições gastas nas bases, nas unidades e por combatente.

Fazer tudo para apanhar armas e munições ao inimigo, quer durante as operações quer por meio de assaltos destinados a obter material.

5. Fazer tudo, como sempre, para garantir o abastecimento dos combatentes, em comida, com base na produção do nosso país, do nosso povo. O povo deve ajudar a luta dando comida para os combatentes, mas estes devem ajudar o povo sempre que possível a realizar os seus trabalhos agrícolas ou outros (reconstrucão de casas, tratamento do gado, luta contra os tornados, as chelas, etc).

Além disso, os combatentes, tanto guerrilheiros como do exércitodevem lavrar os seus próprios campos nas áreas em que se encontram, para garantir pelo menos uma parte das necessidades em alimentação. Nas regiões libertadas, criar campos de cultura colectivos, para
o abastecimento das forças armadas, nos quais a população e essas
forças trabalham juntas, para garantirem a satisfação dessa necessidade fundamental da luta. Só em casos muito especiais, o Partido
poderá ajudar os combatentes a obter alimentos: nas áreas em que
não há na realidade possibilidades de agricultura ou em que não haja
população, ou em algumas zonas da fronteira em que a presença das
nossas forças seja indispensável e haja dificuldades de obter comida
da nossa própria produção. Mas mesmo nesses casos, devem ser tomadas com urgência todas as medidas para obter, na nossa terra, a comida necessária, porque o Partido não poderá dar a sua ajuda durante
muito tempo.

Para o abastecimento das zonas menos favorecidas em comida, devem

ser enviados mantimentos das áreas mais favorecidas, e isso fica sob a responsabilidade directa do responsável do abastecimento das forças armadas na inter-região. Custe o que custar, temos de garantir a alimentação dos combatentes à custa da nossa produção do nosso país.

- B— Dar a melhor atenção ao problema das informações, das ligações e coordenação da luta.
- 1. Desenvolver, em todos os lados, as rêdes de informação sobre o inimigo. Esta tarefa fica principalmente a cargo dos responsáveis da segurança, mas os orgãos colectivos da direcção do Partido e da luta devem dedicar-lhe a melhor atenção. Temos de obter permanentemente informações sobre as condições do inimigo, número de homens, de armamento, características principais do quartel e das casernas, localização das casernas, localização das armas pesadas, situação das casas de oficiais e sargentos, do paiol, da sentinela, sistema de vigilância das horas das refeições, recolher, hábitos dos soldados e oficiais, contactos com africanos que vivem fora do quartel, etc. etc. Temos de ser capazes de introduzir agentes no seio das forças inimigas para nos darem informações, prender elementos inimigos para obter informações, estabelecer contactos com os que são contra a guerra colonial para obter deles informações. Fazer operações estudadas, com o objectivo principal de conhecer as condições do inimigo (forças existentes, capacidade de fogo, vontade de se bater, localização de certas armas, situação dos abrigos, etc. etc.).
- Não permitir que o inimigo entre em movimento sem nós sabermos. Não deixar nunca que o inimigo nos faça surpresas. Reforçar as patrulhas, todas as patrulhas necessárias, estar vigilantes e ter bem presente que a melhor vigilância se faz na acção diária e permanente contra o inimigo.
- 3. Garantir por todos os meios (homens, mulheres, crianças, meios de comunicações a distância buzio, bombolmo, rádio) a ligação entre a direcção da luta e os diversos sectores da luta, entre as diversas unidades em acção numa dada área. Fazer tudo para coordenar a nossa acção, tanto na defesa como no ataque e qualquer que seja o tipo da acção a fazer.
- 4. Manter as diversas frentes da luta informadas sobre o que se passa em cada frente, sobre as nossas acções e principalmente sobre as

vitórias alcançadas contra o inimigo. Criar grupos especiais de liga ção, comunições e coordenação na luta. Pôr responsáveis capazes à frente desses grupos em todas as regiões e zonas e sob a direcção do organismo dirigente nessa área. Realizar com frequência operações combinadas (coordenadas) dentro duma mesma zona, entre várias zonas duma região e em várias regiões. Manter ligação permanente com a direcção superior do Partido e entre os vários organismos dirigentes do Partido e da luta.

- 5. Instalar com urgência as comunicações pela rádio dentro do país, tanto na inter-região como entre o Norte e o Sul, e com a direcção superior do Partido, para o que é apenas preciso instalar os aparelhos de que dispomos e escolher os homens ou mulheres capazes de se servirem bem desses aparelhos. Não esquecer o uso de códigos nas comunicações pela rádio e exigir que essas comunicações sejam breves e só feitas quando absolutamente necessárias.
- 6. Cada responsável deve ter sempre bem presente a verdade de que ninguém pode bater-se bem se se sentir isolado. Por outro lado, a direcção do Partido não poderá cumprir bem os seus deveres se não estiver sempre ao corrente do andamento da luta em todas as áreas do país.

Amilear CABRAL Secretário Geral V — REFORÇAR A SEGURANÇA E A DISCIPLINA EM TODOS OS SECTORES DA LUTA HIRANCA E V - REFORMA EM TODOS OS SECTORES DA

Camaradas,

Para continuar a desenvolver vitoriosamente a nossa luta, devemos:

A—Desenvolver e reforçar a segurança interna e externa do Partido, instalar e fazer funcionar os orgãos da segurança, levar os responsáveis a dedicar-se à segurança, criar rêdes de segurança em todas as áreas e, em particular, nas regiões da fronteira e zonas de contacto com o inimigo. Reforçar a vigilância contra os agentes do inimigo e dos oportunistas em todos os sectores do Partido e nas nossas forças armadas. Dar atenção especial à segurança dos responsáveis do Partido, tanto no quadro da luta, dentro do país, como nas suas deslocações ao exterior.

 Desenvolver e reforçar cada dia as melhores relações entre as forças armadas e o povo. Cada combatente deve ter a consciência de que é um filho do povo, ao serviço do povo. Cada elemento da população deve estar consciente de que os nossos combatentes são os filhos do povo que, com armas nas mãos, defendem os sagrados interesses do nosso povo contra os colonialistas portugueses.

Nenhum combatente nem responsável tem o direito de usar as nossas armas para fazer mêdo ao povo ou para obter proveitos pessoais contra os interesses do povo. O combatente deve viver no meio do povo, como seu filho e seu defensor, e o povo deve ser o apoio principal e vital para cada combatente.

Povo, para nós, é todo e qualquer filho da nossa terra que apoia a nossa luta armada contra o colonialismo português, que dá a sua colaboração aterta ou escondida, ao nosso Partido. Aqueles que são contra a luta e contra o Partido, aqueles que servem os colonialistas portugueses ou tentam de alguma forma destruir o nosso Partido—não merecem fazer parte do nosso povo. Não são o nosso povo.

Todo e qualquer combatente que não respeita o povo, que não defende os interesses do povo, que procura servir-se da sua autoridade e das armas que tem nas mãos para seu proveito pessoal—não merece fazer parte das forças armadas do nosso Partido, não é um militante do nosso Partido.

2. Fazer ainda mais, das nossas forças armadas, o instrumento consciente que o nosso partido criou, organizou e dirige, para servir a libertação e a construção do progresso do nosso povo. Êsta é a obrigação de cada combatente—militante ou responsável—da nossa luta

armada de libertação nacional.

3. Reprimir com rapidez e com justiça todos os actos contrários aos interesses do Partido e da luta, contrários, portanto, aos interesses do nosso povo. Que esses actos criminosos sejam praticados por militantes, combatentes ou por elementos da população não ligados à luta, devem ser reprimidos sem hesitação, com clareza, com justiça e com base em provas concretas.

(Como Partido e como um Estado em desenvolvimento, dispomos hoje de meios eficazes para reprimir os que cometem crimes. O que caracteriza fundamentalmente um Estado é a capacidade de reprimir aqueles que agem contràriamente aos interesses desse Estado. Os nossos interesses, os interesses do nosso Partido, que dirige o nosso Estado, são os interesses do nosso povo: a libertação total, a construção da paz e do progresso na Guiné e em Cabo Verde).

4. Devemos, portanto, praticar a repressão contra todos os elementos criminosos, qualquer que seja a sua condição social. Não devemos consentir, nem de indivíduos nem de grupos de indivíduos, actos contrários à luta, ao Partido e ao povo. Mas devemos praticar a justiça, julgar cada caso com todo o cuidado necessário, aplicar penas justas e esclarecer sempre as populações sobre os crimes praticados e as razões da punição dos culpados.

5. Devemos em cada região, estabelecer e reforçar um tribunal popular (formado por elementos da população que gozam de prestígio e da confiança do Partido) o qual terá a colaboração de responsáveis do Partido. Esses tribunais devem funcionar sob o contrôle rigoroso do

Comité inter-regional.

6. Reforçar o controle das nossas fronteiras para acabar com as manobras do inimigo nessas zonas, para liquidar a acção criminosa dos djilas, para controlar os movimentos dos nossos próprios combatentes. Encarregar grupos de guerrilheiros e da milícia, do controle das fronteiras e reforçar esse controle com unidades do exército sempre que seja necessário. As forças armadas na fronteira devem agir sempre contra o inimigo, porque é na acção que fazem o melhor controle. Colocar à frente das forças da fronteira camaradas honestos, dedicados ao Partido, conscientes da importância e das responsabilidades desse posto, e que não sejam tentados pelas saídas para o território vizinho. Não permitir as saídas dos nossos combatentes, quaisquer que sejam as razões apresentadas.

As unidades do exército destacadas para a fronteira devem ser substituídas periódicamente, devendo cada unidade estar na fronteira no máximo 3 meses.

Aumentar o controle do movimento dos chamados **refugiados**, não permitir a saída de mais gente do nosso país, salvo em casos muito especiais. Não permitir mais a saída de gado do país. Controlar os emigrantes que voltam ao país, mas deixar voltar e saír desde que não nos criem problemas nem sejam inimigos.

Evitar todo e qualquer conflito com as autoridades do país vizinho, mas exigir respeito dos nossos direitos e defender com coragem os interesses do Partido, do povo e da luta. Castigar com justiça todos os militantes do Partido que criem problemas com o país vizinho mas estar vigilante contra as provocações ou acções criminosas dos elementos que vêm do país vizinho, sejam filhos da nossa terra ou não.

- 7. As forças da guerrilha, do exército e da milícia popular são os instrumentos de que dispomos para agir contra os que fazem crimes contra a luta, o Partido e o povo. As prisões, os campos de trabalho e até a pena de morte, são formas de aplicar a repressão, ao serviço da nossa luta. Devemos saber aplicá-las com consciência e coragem. A pena de morte deve, antes de ser executada, ter o acordo da direcção superior do Partido.
- B—Reforçar, no seio das forças armadas, a disciplina militar, que deve ser rigorosa e justa tanto para os responsáveis como para os combatentes em geral. A guerra é uma situação especial e exige um comportamento especial de todos, nomeadamente dos homens e mulheres que nela estão engajados.
- 1. Cada membro da guerrilha ou do exército deve dar provas concretas de obediência às ordens dos chefes, de respeito permanente das regras e leis que regem a nossa luta, de camaradagem, de espírito de sacrifício e de dedicação profunda ao Partido e ao povo. Cada combatente deve ser duplamente disciplinado: deve ter a disciplina do militante consciente do nosso Partido e a disciplina militar dum elemento das nossas forças armadas.
- 2. Os responsáveis devem sempre dar o exemplo de disciplina, e temos de agir com rigor contra todos os responsáveis que cometem faltas de disciplina, sejam quais forem a sua categoria e o valor do trabalho que já fizeram pelo Partido. Não devemos tolerar a indisciplina de

qualquer combatente e devem ser aplicadas penas justas a todos aqueles que cometem faltas. Temos meios para isso, e nenhuma interpretação oportunista das necessidades em homens pode evitar que se castiguem aqueles que cometem faltas.

3. Agir prontamente e com a maior severidade contra a tentativa de deserção e contra os desertores. Se até agora temos sido compreensivos para alguns casos de deserção individual ou colectiva já verificados, e que muito mal fizeram à luta, de agora em diante não devemos mais ser tolerantes. O desertor ou os que tentam desertar devem ser desarmados, presos, julgados e punidos. No caso de deserção colectiva (muitas pessoas) devemos procurar saber, com paciência, quem é ou quem são os responsáveis da deserção (as cabeças), e castigar esses responsáveis, com toda a dureza necessária. A partir de agora o desertor individual ou o responsável ou responsáveis principais duma deserção colectiva, devem ser julgados, condenados à morte e executados. Se conseguirem fugir, devem ser liquidados lá onde se encontram. Aqueles que desertaram inconscientemente, porque são levados por outros, devem ser desarmados e internados em campos de trabalho, sob rigorosa vigilância.

 O Comité inter-regional do Partido tem a competência de tribunal militar para julgar todos os casos de indisciplina no seio das forças ar-

madas.

Amilcar CABRAL Secretário Geral

VI—DESTRUIR A ECONOMIA DO INIMIGO E CONSTRUIR A NOSSA PRÓPRIA ECONOMIA



VII—MELHORAR OS NOSSOS CONHECIMENTOS DEFENDER A NOSSA SAÚDE S WE VI DESCRIBE A BOONOMIA DO INFRIGO E
CONSTRUER A NOSSA PRÓPRIA ROONOMIA



VH-MELHORAR OS NOSSOS CONHECIMENTOS DEFENDER A NOSSA SAÚDE

Camaradas.

Cada responsável e cada militante do nosso Partido, cada elemento da população da nossa terra, na Guiné e em Cabo Verde tem de ter consciência de que a nossa luta não se faz apenas no plano político e no plano militar. A nossa luta — a nossa resistência — tem de ser feita em todos os planos da vida do nosso povo. Temos de destruir tudo quanto pode servir ao inimigo para continuar a sua dominação sobre o nosso povo, mas temos, ao mesmo tempo, que ser capazes de construir tudo o que é neces. sário para criar uma vida nova na nossa terra. Enquanto destruimos o inimigo, os seus agentes e as coisas que servem cs seus interesses, temos de nos construir a nós mesmos, garantir a satisfação das necessidades do nosso povo, fazer homens e mulheres capazes, melhorar cada dia as condicões de vida na nossa terra. Juntamente com a resistência política e a resistência armada, devemos reforçar cada dia a resistência económica, a resistência cultural e a resistência física. Destruir a economia do inimigo e construir a nossa própria economia, destruir as influências negativas da cultura do inimigo e desenvolver a nossa própria cultura, destruir os males físicos que o colonialismo nos causou para construir um homem novomais forte e mais capaz.

1. — Nas regiões libertadas desenvolver a produção agrícola tanto pelo aumento das áreas cultivadas como por meio da melhoria dos trabalhos agrícolas, mais cuidados à agricultura e pelo aumento do número de culturas. Dar atenção especial ao desenvolvimento das culturas alimentares (arroz, milho, mandioca, batata, feijão, legumes, bananeira, cajueiro, larangeira e outras árvores de fruto). Dar atenção especial ao tratamento do gado e dos animais de criação (porcos, galinhas, carneiros, etc), aos alimentos para o gado e à conservação das pastagens. Exigir um controle eficaz das queimadas, para evitar a destruição das nossas florestas e matas. Empregar todo o tempo livre das forcas armadas na ajuda aos agricultores, sobretudo durante as colheitas. Fazer tudo para as colheitas serem feitas rápidamente, para evitar a destruição por parte do inimigo, e convencer as populações a guardar e a conservar os produtos alimentícios o melhor possível. Desenvolver o artesanato (fabrico de carteiras, cestos e balaios, cadeiras e outros móveis, tecelagem de bandas, panos e outros tecidos, artigos de cerâmica, potes, moringos, etc - todos os produtos úteis que o nosso povo sabe fabricar por métodos tradicionais). Ajudar os ferreiros a continuarem a desenvolver o seu trabalho, nomeadamente no fabrico e reparação de material agrícola. Intensificar a produção de coconote, de óleo de palma e outros óleos, o fábrico do "sabão da terra" e de todos os produtos úteis à população e tradicionalmente fabricados no nosso país. Fazer preparativos para pôr brevemente em funcionamento as serrações abandonadas pelo colonos. Desenvolver a entre — ajuda (ajuda mútua) entre as famílias duma mesma tabanca e entre tabancas. Criar campos colectivos de agricultura para algumas culturas como a bananeira, os ananaseiros e as árvores de fruto. Criar, para experiência e sempre que as condições sejam favoráveis, cooperativas simples de produção agrícola. Entregar as propriedades (hortas, gado) abandonadas pelos seus donos, a um comité da população para as explorar e gerir.

Estabelecer prémios para os melhores produtores, para os que lavram mais e produzem mais, para os que cuidem melhor do gado, criando um espírito de competição construtiva entre os produtores. O Partido poderia dar aos melhores produtores a possibilidade de visitarem países estrangeiros, para conhecerem novos tipos e métodos de agricultura e de pecuária (criação de gado) e para desenvolver os seus conhecimentos.

Nas zonas ainda ocupadas pelo inimigo, sabotar por todos os meios a produção de produtos coloniais, sobretudo a mancarra; sabotar a economia colonial tanto pela resistência passiva como pela acção armada. Convencer a população a dedicar-se exclusivamente à produção de produtos alimentares e a melhorar essa produção. Destruir as lojas do inimigo, os armazéns e "cêrcos" do inimigo, toda a sua actividade económica.

Reforçar em todas as fronteiras a vigilância, para evitar ou reduzir a saída de braços úteis à nossa economia. Obrigar os que querem fugir para o exterior, a retirarem-se com as suas famílias para as regiões libertadas, onde as nossas forças podem garantir a sua segurança e podem trabalhar e servir o nosso povo. Confiscar todos os bens (casas, hortas, gado e mesmo economias em dinheiro ou em ouro e outros valores) daqueles que teimam em abandonar o país. Colocar esses bens sob a protecção do Partido e sob a gestão (direcção) dos comités do povo. Não permitir a saída de mais nenhuma cabeça de gado do nosso país, sem autorização prévia dos organismos competentes do Partido. Fazer propaganda entre os chamados refu-

giados, para voltarem depressa ao país com as suas famílias e bens. Aumentar a produção, obter cada vez mais produtos da agricultura, do artesanato e da indústria tradicional, levar o povo e as forças armadas a produzir mais, criar novas frentes de produção. Garantir a segurança da nossa produção — esta é uma das formas importantes da nossa luta pela libercada, pela independência, pelo progresso.

2. — Tomar todas as medidas necessárias para garantir e desenvolver o abastecimento das populações das regiões libertadas, em artigos de primeira necessidade (sal, açúcar, tabaco, tecidos, calçado etc). Lembrar-se sempre de que o povo não luta por ideias, por coisas que estão na cabeça dos homens. O povo luta e aceita os sacrifícios exigidos pela luta, mas para obter vantagens materiais para poder viver em paz e melhor, para ver a sua vida progredir e para garantir o futuro dos seus filhos. Libertação nacional, luta contra o colonialismo, construção da paz e do progresso — independência — tudo isso são coisas vazias e sem significado para o povo, se não se traduzem por uma real melhoria das condições de vida. De nada serve libertar uma região, se o povo dessa região fica sem poder ter os artigos de primeira necessidade para a sua vida.

Instalar "Armazéns do Povo" em todas as regiões libertadas, criar brigadas de venda de produtos de primeira necessidade para abastecer as tabancas. Colocar à frente de todos os órgãos do comércio responsáveis honestos, que não tenham sido viciados pelo comércio colonial, e não permitir que esses responsáveis tenham responsabili-

dade política.

Os "Ármazéns do Povo" fazem comércio de troca, porque não temos ainda moeda e o dinheiro colonialista não serve. Trocar artigos de primeira necessidade por produtos da agricultura e de artesanato por

preços justos e sem explorar nunca os compradores.

Os "Armazéns do Povo" e todas as suas formas de acção são dirigidos directamente pela direcção superior do Partido e por intermédio dum dos seus principais responsáveis. Os órgãos locais de direcção do Partido — Comité inter-regional, Comités regionais e de zona — podem controlar a actividade do sector comercial, mas não têm nenhuma interferência na sua direcção, nem podem requisitar mercadorias aos "Armazéns do Povo".

Reprimir com rigor e com justiça, todos aquêles produtores que, vivendo nas regiões libertadas, tentam vender os seus produtos où o

seu gado ao inimigo.

Amilcar CABRAL Secretário Geral

Camaradas,

Para continuar a desenvolver vitoriosamente a nossa luta devemos:

- A—Criar escolas e desenvolver a instrução em todas as regiões libertadas. Seleccionar jóvens (rapazes e raparigas) entre 14 e 20 anos, com pelo menos frequência da 4ª classe, para serem aproveitados na preparação de quadros. Combater sem violência as práticas prejudiciais, os aspectos negativos das crenças e tradições do nosso povo. Obrigar os responsáveis do Partido e todos os militantes dedicados, a melhorarem cada mais a sua formação cultural.
- 1. Melhorar o trabalho nas escolas já existentes, evitar um número muito elevado de alunos que pode prejudicar o aproveitamento de todos. Criar escolas, mas ter em conta as possibilidades reais de que dispomos, para evitar que depois tenhamos de fechar algumas escolas por falta de meios. Controlar frequentemente o trabalho dos professores e os métodos que empregam. Evitar os castigos corporais contra os alunos e cumprir rigorosamente os programas feitos pelo Partido para o ensino elementar e primário. Criar cursos especiais para a formação e aperfeiçoamento de professores.
- 2. Reforçar cada dia mais a formação política dos professores, a sua dedicação sem limites ao Partido e ao povo. Destituir e castigar todos os professores que não cumprem os seus deveres. Convencer os pais da necessidade absoluta de os seus filhos e filhas frequentarem as escolas, mas organizar a actividade dos alunos de maneira a também serem úteis nas suas casas, a ajudarem a familia.
- Criar cursos para ensinar a ler e a escrever aos adultos, sejam eles combatentes ou elementos da população. Fazer respeitar em todos os lados a palavra de ordem do nosso Partido — "todos os que sabem ensinam aos que não sabem".
- 4. Dar a melhor atenção ao recrutamento de jóvens para a preparação de quadros. Lembrar-se sempre de que as nossas vitórias políticas ou militares não terão futuro se não dispomos de quadros nacionais para a reconstrução e desenvolvimento científico e técnico da nossa terra.

Na selecção de candidatos para a formação de quadros, dar preferência aos mais jóvens, aos melhores militantes do Partido, a indivíduos (rapazes ou raparigas) que tenham dado provas de inteligência e de vontade de aprender.

5. Combater entre os jóvens, nomeadamente entre os mais idosos (mais de 20 anos) a mania de deixar o país para ir estudar, a ambição cega de ser doutor, o complexo de inferioridade e a ideia errada de que os que estudam e tiram cursos terão privilégios amanhã na nossa terra. Não aceitar como candidato para bolsas de estudo qualquer responsável do Partido com função de direcção, seja qual fôr o seu grau de instrução. Mas combater, sobretudo entre os responsáveis que se têm dedicado à luta, a má vontade contra os que estudam ou desejam estudar, o complexo que os leva a julgar que todos os estudantes são perigosos e futuros sabotadores do Partido.

(Vencer a batalha de formação de quadros, garantir os quadros necessírios para o desenvolvimento da nossa terra é uma das coisas mais

importantes da acção e do programa do nosso Partido).

6. Defender e desenvolver as manifestações de cultura do nosso povo respeitar e fazer respeitar os usos, costumes e tradições da nossa, terra, desde que não sejam contra a dignidade humana, contra o respeito que devemos ter para cada homem, mulher ou criança. Apoiar as manifestações de arte (música, dança, pintura e escultura), fazer competições entre artistas, criar grupos de dança, de canto e de teatro, fazer colecção de obras de arte e recolher textos de lendas e de histórias contadas pelo povo. Combater todos os particularismos (manias de separação) prejudiciais à unidade do povo, todas as manifestações de tribalismo, de discriminação racial ou religiosa. Respeitar e fazer respeitar a religião de cada um e o direito de não ter religião.

7. Dar atenção especial à vida das crianças, desenvolver a sua personalidade e protegê-las contra os abusos, mesmo da parte dos pais e parentes. Defender os direitos da mulher, respeitar e fazer respeitar as mulheres (crianças, "bajudas" ou adultas), mas convencer as mulheres da nossa terra de que a sua libertação deve ser obra delas mesmas, pelo seu trabalho, dedicação ao Partido, respeito próprio, personalidade e firmeza diante de tudo quanto possa ser contra a sua dignidade.

8. Educar-nos a nós próprios, educar os outros, a população em geral para combater o mêdo e a ignorância, para eliminar a pouco e poupo a submissão diante da natureza e das forças naturais que a nossa economia ainda não dominou. Lutar sem violências desnecessárias, contra todos os aspectos negativos, prejudiciais ao homem, que ainda fazem parte das nossas crenças e tradições. Convencer a pouco e pouco,

em particular os militantes do Partido, que nós acabaremos por vencer o mêdo da natureza, que o homem é a forca mais poderosa da natureza.

9. Exigir aos responsáveis do Partido que se dediquem sériamente ao estudo, que se interessem pelas coisas e problemas da vida e da luta no seu aspecto fundamental, essencial, e não apenas nas suas aparências. Obrigar cada responsável a melhorar dia a dia os seus conhecimentos, a sua cultura, a sua formação política. Convencer cada um de que ninguém pode saber sem aprender e que a pessoa mais ignorante é aquela que sabe sem ter aprendido. Aprender na vida, aprender junto do nosso povo, aprender nos livros e na experiência dos outros. Aprender sempre.

(Os responsáveis devem acabar definitivamente com o espírito de criancice, de irresponsabilidade, de vida descuidada, de amizade baseada na "boa-vai-ela", para encararem a vida com seriedade, plena consciência das responsabilidades, com a preocupação de cumprir bem, com camaradagem baseada no trabalho e no dever cumprido - como verdadeiros responsáveis dum Partido e do nosso povo. Tudo isso não é contrário à alegria de viver, ao amor à vida e às distracções, à confianca no futuro, que devem animar a nossa acção, a nossa luta e o trabalho de cada um).

10. Criar, a pouco e pouco, bibliotecas simples, nas zonas e regiões libertadas, emprestar aos outros os livros de que dispomos, ajudar os outros a aprender a ler um livro, o jornal, e a compreender aquilo que se lê. Distribuir ao máximo o jornal do Partido, fazer sessões de leitura colectiva (em grupo) e levar os que lêm a discutir e a dar opinião sobre o que leram.

11. Lembrar-se sempre de que um bom militante (como um bom cidadão) é aquele que faz bem o seu dever. É aquele que, além de fazer o seu dever, consegue melhorar-se cada dia para ser capaz de fazer mais e melhor.

B-Ter sempre bem presente a verdade de que a saúde é a nossa major riqueza e a força principal dos nossos combatentes e militantes. Melhorar cada vez mais a assistência sanitária aos combatentes feridos e doentes, aos militantes activos que sofram de alguma doença.

1. Criar novos dispensários de saúde nas bases da guerrilha, melhorar as já existentes e incluir sempre técnicos da saúde nas unidades do exército. Garantir o abastecimento em medicamentos e instrumentos cirúrgicos para os dispensários de saúde e para as unidades do exército.

- Colocar à frente dos serviços de saúde responsáveis conscientes, zelosos, bons, competentes e dedicados aos doentes e feridos.
- 3. Fazer esforços para que a grande maioria dos combatentes doentes ou feridos sejam tratados no interior do país, mas enviar para o exterior os casos verdadeiramente graves e que não podem ser tratados no interior. Esclarecer a todos que tanto os dispensários do interior, como os hospitais no exterior, são destinados principalmente aos combatentes, são militares.
- 4. Desenvolver no entanto, a pouco e pouco e de acôrdo com as possibilidades reais, sem prejudicar a assistência aos combatentes, a assistência sanitária às populações das regiões libertadas. Não criar ilusões ao povo, que deve compreender que só seremos capazes de dar uma assistência válida, depois da libertação da nossa terra e com base no nosso próprio trabalho e nos impostos que todos terão de pagar para construirmos o nosso país em todos os planos.
- 5. Não pretender tratar casos crónicos, doenças incuráveis e casos perdidos de doenças-contagiosas (lepra, tuberculose, etc). Não enviar para o exterior casos que, não se tratando de combatentes, exigem operações (hérnias, elefantíases, doenças de vista, cancros, etc). Ter a cada momento consciência daquilo que podemos e devemos fazer, e não pretender fazer coisas impossíveis na fase actual da nossa vida e da nossa luta.
- 6. Usar na medida do possível os próprios remédios da terra (medicamentos tradicionais) como chás (buco, macete e outras infusões), bálsamos, pomadas, dietas etc, desde que provadamente não prejudiciais à vida e à saúde do paciente. Poupar ao máximo os medicamentos, mas não se negar a tratar um doente, quando dispomos de meios para tratá-lo.
- Conservar o melhor possível o material sanitário e hospitalar. Controlar com frequência e com rigor a actividade dos centros ou dispensários de saúde e os seus gastos em medicamentos.
- Lembrar-se sempre de que curar um ferido ou um doente, salvar uma vida humana é criar uma força nova para a nossa luta, para o presente e para o futuro do nosso povo.
- 9. Fazer preparativos em todas as regiões libertadas, para realizar o

recenseamento da população. Temos de saber a quantidade e a qualidade da população dessas regiões, para podermos estabelecer melhor as medidas para o seu desenvolvimento, progresso e defesa. Começar a seleccionar desde já os camaradas que, pelos seus conhecimentos, deverão fazer parte das equipas de recenseamento da população que devemos começar e acabar em 1966. Preparar o povo para colaborar bem no recenseamento, mostrar a todos que, pela primeira vez na Història da nossa terra, vamos fazer um recenseamento para servir os interesses do povo, a melhoria das suas condições de vida.

Amilcar CABRAL
Secretário Geral

The content of the second of t

VIII — APLICAR NA PRATICA OS PRINCIPIOS
DO PARTIDO

Control Contro

VIII - APLICAR NA PRATICA OS PREVIPIOS DE CARTIDO

- Sobre a aplicação de alguns princípios do Partido

Na fase actual da nossa luta e para reforçar a nossa organização diante das grandes responsabilidades que tem, não basta pôr em funcionamento to los os organismos dirigentes do Partido, não basta fazer bom trabalho político e agir eficazmente, vitoriosamente, sobre o plano militar. Para que o Partido seja cada dia melhor e esteja à altura das suas responsabilidades, é indispensável aplicar em todos os escalões da nossa vida e da nossa luta os princípios de organização e de trabalho que o Partido adoptou como normas fundamentais da sua acção. Tal é o caso do princípio da crítica e da autocrítica para resolver os problemas e contradições internas, do princípio da direcção colectiva na direcção da vida do Partido, do princípio do centralismo democrático e da democracia revolucionária nas decisões a tomar em todos os níveis e na prática das palavras de ordem do Partido.

- Desenvolver o espírito da crítica entre os militantes e responsáveis.
 Dar a todos, em cada nível, a oportunidade de criticar, de dar a sua opinião sobre o trabalho e o comportamento ou a acção dos outros.
 Aceitar a crítica, donde quer que ela venha, como uma contribuição para melhorar o trabalho do Partido, como uma manifestação de interesse activo pela vida interna da nossa organização.
- Lembrar-se sempre que criticar não é dizer mal nem fazer intrigas. Criticar é e deve ser o acto de exprimir uma opinião franca, aberta, diante dos interessados, com base nos factos e com espírito de justiça, para apreciar o pensamento e a acção dos outros, com o objectivo de melhorar esse pensamento e essa acção. Criticar é construir, ajudar a construir, fazer prova de interesse sincero pelo trabalho dos outros, pela melhoria desse trabalho.

Combater severamente a má lingua, a mania das intrigas, o "diz-que-diz", as críticas injustas e sem fundamento. Apreciar o pensamento e a acção dum camarada não é necessàriamente dizer mal. Dizer bem, elogiar, encorajar, estimular — também é críticar. Sempre vigilantes contra as vaidades e orgulhos pessoais, devemos no entanto não poupar elogios a quem os merece. Elogiar com alegria, com franqueza, diante dos outros, todo aquele cujo pensamento e acção servem bem o progresso do Partido. Devemos igualmente aplicar uma crítica justa, denunciar francamente, censurar, condenar e exigir a condenação de

todos aqueles que praticam actos contrários ao progresso e aos interes ses do Partido; combater cara a cara os êrros e faltas, ajudar os outros a melhorar o seu trabalho. Tirar lição de cada êrro que cometemos ou que os outros cometem, para evitar cometer novos êrros, para não cairmos nas asneiras em que os outros já cairam. Criticar um camarada não quer dizer pôr-se contra o camarada, fazer um sacrifício em que o camarada é a vítima: é mostrar-lhe que estamos todos interessados no seu trabalho, que somos um e um só corpo, que os êrros dele prejudicam a nós todos, e que estamos vigilantes, como amigos e camaradas, para ajudá-lo a vencer as suas deficiências e a contribuir cada vez mais para que o Partido seja cada vez melhor.

Desenvolver o princípio da crítica em todas as reuniões do Partido, em todos os Comités e no seio das forças armadas. Na guerrilha ou no exército, depois de cada operação contra o inimigo, devemos apreciar os resultados dessa acção e o comportamento de cada combatente. Tirar todas as lições dessa acção para fazer novas e melhores acções. No ensino, na produção, na actividade comercial, na assistência — em todos os ramos da nossa vida e da nossa luta — devemos ser capazes de críticar e de aceitar as críticas.

Mas a crítica (prova de vontade dos outros de nos ajudar ou da nossa nossa vontade de ajudar os outros) deve ser completada pela autocrítica (prova da nossa própria vontade de nos ajudarmos a nós mesmos a melhorar o nosso pensamento e a nossa acção).

Desenvolver em todos os militantes, responsáveis e combatentes, o espírito de autocrítica: a capacidade de cada um de fazer uma análise concreta do seu próprio trabalho, de distinguir nele o que está bem do que está mal, de reconhecer os seus próprios êrros e de descobrir as causas e as consequências desses êrros. Fazer uma autocrítica não é apenas dizer "sim, reconheço a minha falta, o meu — êrro—e peço perdão", ficando logo pronto para cometer novas faltas, novos êrros. Não é fingir-se arrependido do mal que fez, e ficar, no fundo, convencido de que os outros é que não o compreendem. Nem tão pouco fazer autocrítica é fazer uma cerimónia para depois poder ficar com a consciência tranquila e continuar a cometer êrros. Autocriticar-se não é pagar um responso ou uma bula nem é fazer penitência. A autocrítica é um acto de franqueza, de coragem, de camaradagem e de consciência das nossas responsabilidades, uma prova da nossa vontade de cumprir e de cumprir bem, uma manifestação

da nossa determinação de ser cada dia melhor e dar uma melhor contribuição para o progresso do nosso Partido. Uma autocrítica sincera, não exige necessàriamente uma absolvição: é um compromisso que fazemos com a nossa consciência para não cometermos mais êrros; é aceitar as nossas responsabilidades diante dos outros e mobilizar todas as nossas capacidades para fazer mais e melhor. Autocriticar-se é reconstruir-se a si mesmo, para melhor servir.

 Aplicar progressivamente em todos os níveis da direcção do Partido o princípio da direcção colectiva. Fazer tudo para que os orgãos dirigentes do Partido passem a funcionar realmente, não na base de uma, duas ou três pessoas, mas de todos os seus membros, homens e mulheres.

Direcção colectiva quer dizer direcção, mando ou comando feito por um grupo de pessoas e não uma só pessoa ou por algumas pessoas do grupo. Dirigir colectivamente, em grupo, é estudar os problemas em conjunto, para encontrar a sua melhor solução, é tomar decisões em conjunto, é aproveitar a experiência e a inteligência de cada um, de todos para melhor dirigir, mandar, comandar. Na direcção colectiva, cada pessoa do grupo dirigente deve ter funções próprias, bem definidas e é responsável pela execução das decisões tomadas pelo grupo em relação às suas funções. Dirigir colectivamente é dar a cada dirigente a oportunidade de pensar e de agir, exigir que tome as responsabilidades da sua competência, que tenha iniciativa, que manifeste com determinação e liberdade a sua capacidade criadora, que sirva bem o trabalho da equipa, que é o produto de esforços e das contri. buições de todos. Dirigir colectivamente é coordenar o pensamento e a acção dos que formam o grupo, para tirar deles o melhor rendimento no cumprimento das tarefas do grupo, dentro dos limites da sua competência e no quadro das actividades e dos interesses da organização. Mas dirigir colectivamente não é nem pode ser, como alguns supoêm, dar a todos e a cada um o direito de opinião e de iniciativas não controladas, criar a anarquia (falta de governo), a desordem, a contradição entre dirigentes, a discussão vazia, mania das reuniões sem resultados; nem tampouco é dar largas à incompetência, à ignorância, ao atrevimento intelectual, só para se fingir que todos mandam. Se é verdade que duas cabecas valem mais do que uma, temos de saber distinguir as cabeças e cada cabeça deve saber exactamente o que tem de fazer. No quadro da direcção colectiva, devemos

respeitar a opinião dos camaradas que têm mais experiência, aprender com a experiência desses camaradas que, por seu lado, devem ajudar os outros, os menos experientes, a aprender e a melhorar o seu trabalho. No quadro da direcção colectiva há sempre um ou outro camarada que tem mais categoria como responsável do Partido e que, por isso, tem mais responsabilidade individual, mesmo se a responsabilidade das tarefas do grupo cabe a todos os membros do grupo. Temos de prestigiar esses camaradas, ajudá-los a terem cada dia mais categoria, mas não permitir que açambarquem (tomem conta) o trabalho e a responbilidade do grupo, Devemos, por outro lado, lutar contra o espírito de comodismo, e desinteresse, o mêdo das responsabilidades, a tendência para concordar com tudo, para obedecer cegamente, sem pensar.

Combater o espírito de régulo, de chefe tradicional, patrão ou de capataz entre os responsáveis. Mas combater também o espírito de vassalo, de súbdito ao serviço do chefe, de empregado zeloso, de criado ou de boy, entre os responsáveis e militantes. No quadro da direcção colectiva, os órgãos superiores do Partido devem exigir aos que estão abaixo deles o cumprimento rigoroso do seu dever na base da colaboração consciente e construtiva. Os órgãos menos elevados devem exigir aos mais elevados que dêm tarefas concretas a cumprir, palavras de ordem claras e tomem decisões sobre os problemas da sua competência.

Combater o espírito de grupo e de **grupinhos**, os círculos fechados, a mania do segredo entre algumas pessoas, as questões pessoais e a ambição do mando.

A direcção colectiva deve reforçar a capacidade de direcção do Partido e criar condições concretas para valorizar os membros do Partido.

3. Desenvolver, respeitar, e fazer respeitar, na prática das decisões e no cumprimento das palavras de ordem do Partido, a aplicação correcta do centralismo democrático. Limitar concretamente as funções de cada orgão dirigente e dos organismos de base, estudar profundamente cada problema ou cada iniciativa nova, tomar decisões objectivas e dar palavras de ordem claras para cada tarefa e a realização prática das palavras de ordem do Partido.

Centralismo democrático quer dizer que o poder de decisão, de dar palavras de ordem, de estabelecer tarefas — de dirigir — está concentrado em órgãos ou entidades centrais, com funções bem definidas,

mas que essas decisões, palavras de ordem, etc, devem ser tomadas democràticamente, com base nos interesses e na opinião dos representantes das massas, com base no respeito pela opinião e pelos interesses da maioria. Quer dizer que cada decisão relativa a um problema novo deve ser tomada depois duma ampla e livre discussão por parte dos órgãos nela interessados ou da base ao topo, se se trata de assunto que interessa a toda a vida do Partido. Depois dessa discussão e de acôrdo com os dados dela resultantes, os órgãos centrais tomam uma decisão, a qual deve passar imediatamente a ser cumprida em todos os níveis a que interesse, e sem mais discussões.

Centralismo, porque o poder, a capacidade de decidir e de dirigir está concentrado em òrgãos especiais e nenhum outro òrgão ou indivíduo pode usar desse poder. Democrático porque o uso do poder por esses òrgãos não depende apenas da vontade dos que mandam, mas baseiasen nos interesses e na opinião expressa pela maioria. Para praticar cada vez melhor o centralismo democrático devemos estar atentos às aspirações e à opinião das massas populares no que respeita a cada problema importante da nossa vida e da nossa luta, devemos fazer funcionar todos os organismos de base do Partido e todos os òrgãos dirigentes, devemos desenvolver a crítica e a autocrítica e prestigiar cada dia os responsáveis e dirigentes que cumprem o seu dever.

O centralismo democrático é uma escola de disciplina, de respeito pela opinião dos outros, de democracia e de capacidade de levar à prática as decisões tomadas.

4. Praticar, em todos os aspectos da vida do Partido, a democracia revolucionária. Cada responsável deve assumir com coragem as suas responsabilidades, deve exigir dos outros o respeito pela sua actividade e deve respeitar a actividade dos outros. Não esconder nada às massas populares, não mentir, combater a mentira, não disfarçar as dificuldades, os êrros e insucessos, não acreditar em vitórias fáceis, nem nas aparências.

A democracia revolucionária exige que devemos combater o oportunismo, a tolerância diante dos êrros, as desculpas sem fundamento, as amizades e a camaradagem com base em interesses contrários aos do Partido e do povo, a mania de que um ou outro responsável, é insubstituível no seu posto. Praticar e defender a verdade, sempre a verdade diante dos militantes, dos responsáveis, do povo, sejam quais forem as dificuldades que o conhecimento da verdade possa criar. A

democracía revolucionária exige que o militante não tenha mêdo do responsável, que o responsável não tenha receio do militante nem mêdo das massas populares. Exige que o responsável viva no meio do povo, à frente do povo e atrás do povo, que trabalhe para o Partido ao serviço do povo.

No quadro da democracía revolucionária, o poder vem do povo, da majoria, e ninguém deve ter mêdo de perder o poder. O dirigente deve ser o intérprete fiel da vontade e das aspirações da maioria revolucionária, e, não, o dono do poder, o senhor absoluto que se serve do Partido e não serve o Partido. No quadro da democracía revolucionária, devemos evitar a demagogia, as promessas que não podemos cumprir, a exploração dos sentimentos do povo e das ambições dos oportunistas. Devemos agir de acordo com as realidades, dar a cada um a possibilidade de progredir, de verificar, pela sua accão e pela dos outros, que o Partido, é obra de nós todos e que todos pertencemos ao Partido que é o instrumento que o nosso povo criou para a conquista da sua liberdade e para a construção do seu progresso. No quadro da democracia revolucionária e nas condições concretas da nossa luta, devemos aumentar cada vez mais a forca do povo, avancar com coragem para a conquista do poder pelo povo, para a transformação radical (na base) da vida do nosso povo, para uma etapa em que as armas e os meios de defesa da nossa revolução estarão inteiramente nas maos do povo. Não ter mêdo do povo e levar o povo a participar em todas as decisões que lhe dizem respeito - esta é a condição fundamental da democracia revolucionária, que temos de realizar a pouco e pouco, de acôrdo com o desenvolvimento da nossa luta e da nossa vida.

A democracia revolucionária exige que estejam à frente do nosso Partido e do nosso povo os melhores filhos da nossa terra. Temos de eliminar, passo a passo os maus elementos do nosso Partido, os ambiciosos, os oportunistas, os demagogos (enganadores do povo), os deshonestos, os que não cumprem o seu dever. Para abrir caminho cada vez mais àqueles que compreendem e vivem inteiramente a vida do nosso Partido, aos que desejam na realidade servir o Partido e o povo, aos que cumprem e querem cumprir cada vez mais e melhor os seus deveres de militantes, de responsáveis e de revolucionários. A aplicação correcta dos princípios da crítica e autocrítica, da direcção colectiva, do centralismo democrático e da democracia revolucionária,

é o meio eficaz para obtermos uma das mais importantes, se não a mais importante vitória da nossa vida e da nossa luta, a saber:

Fazer com que o nosso Partido pertença cada dia mais àqueles que são capazes de torná-lo cada vez melhor.

Fazer do nosso Partido um instrumento eficaz para a construção da liberdade, da paz, do progresso e da feliciedade do nosso povo, na Guiné e em Cabo Verde.



AHS

INDICE

| | | Pags |
|------|--|------|
| I | — Ter consciência da situação da luta em cada momento "Esperar o melhor, mas preparar-se para o pior" | 1 |
| Ħ | — Desenvolver sempre e reforçar o trabalho político e a organização do Partido | 5 |
| III | — Organizar cada vez melhor as nossas forças armadas Agir e reforçar sempre a nossa acção | 8 |
| IV | — Conhecer bem as nossas forças e as forças do inimigo "Garantir as ligações e a informação" | 13 |
| V | Reforçar a segurança e a disciplina em todos os sectores da luta | 17 |
| VI | — Destruir a economia do inimigo e construir a nossa própria economia | 21 |
| VII | Melhorar os nossos conhecimentos. Defender a nossa saúde | 24 |
| VIII | — Aplicar na prática os princípios do Partido | 29 |

AHS

Impresso na Tipografia do P. A. I. G. C.